

REFLEXÃO



Vítor Cóias
Presidente do GECORPA

O GECORPA – Grémio do Património faz da qualidade das intervenções de reabilitação do Património uma das suas principais bandeiras. Tal só é possível com empresas e profissionais adequadamente qualificados.

O PATRIMÓNIO DAS MISERICÓRDIAS MERECE O MELHOR (PARTE 1)

A partir do final do concílio de Trento, em 1563, o papel das Misericórdias portuguesas ganhou importância acrescida, ao ser-lhes confiada a tutela dos hospitais, incluindo o maior e mais importante do País, o Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa. Esta evolução passou a refletir-se na própria organização física dos edifícios das Misericórdias: a vertente espiritual, na igreja, onde se cuidava das almas, a administrativa, no consistório, onde se encontravam os arquivos e reunia a Mesa, e a assistencial, corporizada pelo hospital, onde se cuidava dos doentes.

As Santas Casas desempenharam, ao longo dos séculos, uma função de ajuda e proteção das camadas mais desfavorecidas da sociedade, no verdadeiro espírito do Bom Samaritano. Nos tempos de carência generalizada e grande incerteza que o País presentemente atravessa, as Misericórdias têm visto o seu papel assistencial ganhar importância, substituindo-se a um Estado exaurido por anos de desperdício e novo-riquismo.

Mas as Misericórdias têm a seu cargo uma missão menos imediata, mas não menos exigente: a de manterem em bom estado e darem uso adequado ao património cultural de que são depositárias, em particular, aos imóveis de interesse histórico e

arquitetónico. O vasto e diversificado património construído a cargo das Misericórdias é constituído, sobretudo, por edifícios antigos, uma boa parte dos quais se encontra classificada.

Como referiu Bernardo Reis, Provedor da Misericórdia de Braga e responsável pelo património da UMP, no artigo publicado na “Pedra & Cal”, sob a tutela das Misericórdias portuguesas em atividade foram inventariados 1010 imóveis de interesse histórico e arquitetónico. Quanto ao património móvel, embora o inquérito tenha incidido apenas, até agora, sobre 83 Misericórdias, regista já 28484 peças. No prosseguimento desta importante missão é de toda a justiça destacar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Gabinete do Património Cultural da UMP, sob a direção de Mariano Cabaço. Eram, há pouco tempo, 551 fichas de imóveis de interesse cultural e 17256 fichas de património móvel.

A manutenção e reabilitação do património imóvel das misericórdias colocam problemas específicos. Grande parte dos edifícios que o constituem foi construída utilizando técnicas e materiais, entretanto, abandonados, em favor do betão armado. A anatomia desses edifícios e a sua tecnologia construtiva é virtualmente desconhecida dos construtores generalistas de hoje.

As intervenções de reabilitação ganham uma complexidade adicional quando aqueles edifícios antigos se distinguem por possuírem particular valor histórico ou arquitetónico. Um edifício histórico é, ao mesmo tempo, um bem cultural e uma construção. As intervenções que o envolvam devem atender, simultaneamente, a uma e outra destas vertentes. Enquanto bem cultural, as intervenções são de natureza predominantemente técnico-artística e devem respeitar os ditames da moderna teoria da conservação. Enquanto construção, as intervenções são de natureza predominantemente construtiva e estrutural e pressupõem conhecimentos técnicos dos materiais e sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos: por um lado, as velhas “artes e ofícios” e os materiais originais são, muitas vezes, preferíveis às tecnologias que hoje têm mais peso nos hábitos dos construtores; por outro lado, pode haver vantagem em lançar mão de materiais e tecnologias avançadas, que ainda não entraram nesses hábitos.

Nas intervenções de restauro artístico trata-se da “apresentação” do edifício histórico e do património nele integrado, essencial para o seu pleno usufruto enquanto bem cultural; nas de restauro de azulejos e reforço da estrutura trata-se de manter a “integridade” desse mesmo edifício histórico, para que a sua exis-

tência possa ser prolongada, enquanto construção. Nas primeiras, a atividade é, normalmente, dirigida pelos conservadores-restauradores, provenientes de cursos muito específicos, onde a teoria da conservação é uma das disciplinas fundamentais. Nas segundas, pontificam os engenheiros civis e os arquitetos, cuja formação é mais diversificada e onde a teoria da conservação não é senão uma disciplina acessória (quando faz parte do programa).

No caso dos edifícios históricos, a reabilitação deve, portanto, ter em vista possibilitar um uso compatível, através de reparações, alterações e adições que respeitem as características que lhe conferem o seu valor histórico, cultural e arquitetónico.

A especificidade das obras de reabilitação e conservação de edifícios com valor patrimonial traduz-se, em suma, em três classes de exigências:

- Filosofia e métodos especializados de estudo, avaliação e intervenção, capazes de se adaptarem a cada caso;
- Capacidade de trabalho em equipas multidisciplinares, envolvendo arquitetos, engenheiros, conservadores-restauradores, químicos, mineralogistas, historiadores, etc.;
- Detenção de conhecimentos técnicos de materiais e sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos.

As Misericórdias têm a seu cargo uma missão menos imediata, mas não menos exigente: a de manterem em bom estado e darem uso adequado ao património cultural de que são depositárias, em particular, aos imóveis de interesse histórico e arquitetónico



Igreja da Misericórdia do Fundão - Restauro de pintura